



## Relatório INSP-2019-0185

### BI-2019-0170

#### 1 – Dados gerais

##### 1.1 - Inspeção

**Data:** 11/11/2019

**Hora:** 16h30

**Tipo:** Plano Operacional (PO-2019-0002)

**Inspetor responsável:** Paulo M. Pires

**Outros inspetores da IRA:** António MR. Moutinho

**Outros técnicos de entidades oficiais:**

##### Descrição da inspeção:

A inspeção teve como objetivo averiguar se o estabelecimento se entrava a cumprir as normas do Regime Jurídico da Taxa Ambiental pela Utilização de Sacos de Plástico Distribuídos ao Consumidor Final, aplicável aos estabelecimentos de comércio a retalho.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2019/A, de 2 de agosto.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

##### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Mónica de Fátima Espínola da Silva Melo

**NIPC/NIF:** 224079573

**Sede/morada:** Rua 6 de Janeiro, nº 15-B

**Código Postal:** 9880-149

**Freguesia:** Luz

**Concelho:** Santa Cruz da Graciosa

**Ilha:** Ilha da Graciosa

##### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** MM Soluções Fashion

**Endereço:** Rua 6 de Janeiro, Eiras

**Código Postal:** 9880-149

**Freguesia:** Luz

**Concelho:** Santa Cruz da Graciosa

**Ilha:** Ilha da Graciosa

**Atividade:** Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco

**CAE:** 47112

**Período de funcionamento:**

**Licenciamento da atividade:** Licença de Utilização nº 2/2008 emitida em 11-12-2008

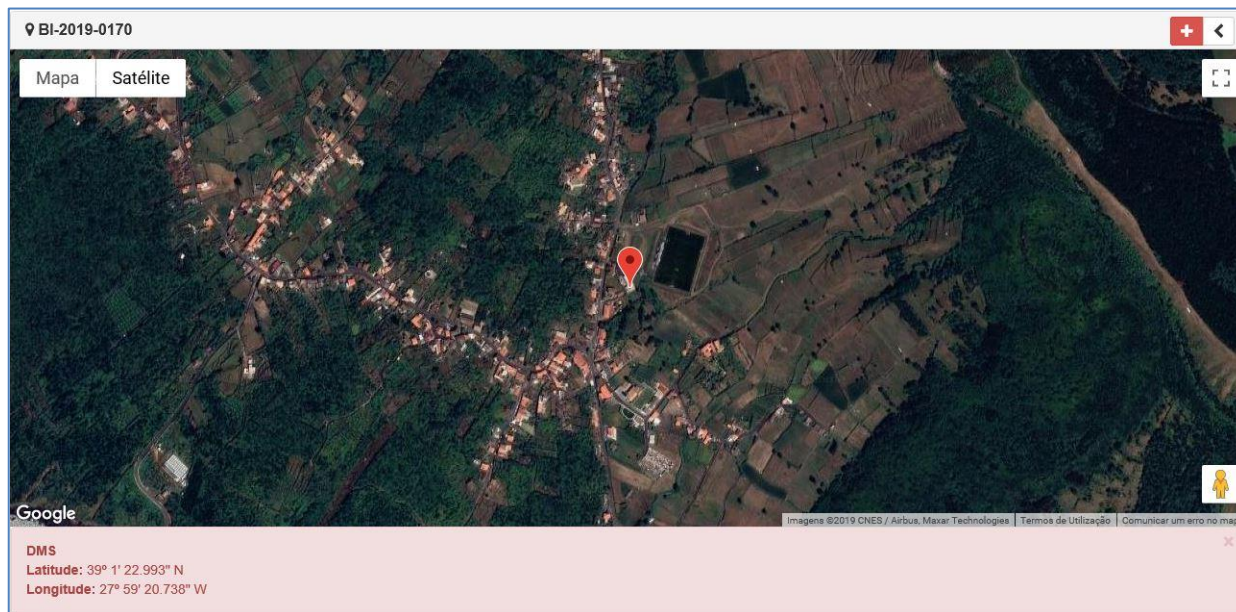


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Sacos distribuídos ao utilizador final no estabelecimento

Sacos fornecidos	Características / Foto
Sacos de plástico leve	Forneceu até julho de 2019. Desde aquela data o estabelecimento encontra-se encerrado, sendo intenção da proprietária cessar a atividade.

### 2.2 – Verificação dos requisitos do regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Sobre cada saco de plástico distribuído ao consumidor final é cobrada uma taxa de 0,04 €.	n.º 1 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 2.º Port. 36/2015	Não aplicável	a)
b) A taxa cobrada ao consumidor final pela distribuição de saco de plástico é discriminada no recibo/fatura como “taxa sobre saco de plástico”.	n.º 2 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 3.º Port. 36/2015	Não aplicável	a)
c) Sobre a taxa cobrada não incide IVA.	n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015	Não aplicável	a)
d) O (eventual) preço de venda do saco de plástico é discriminado na fatura em separado da ecotaxa.	n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015	Não aplicável	a)
e) É proibida a inserção de publicidade em sacos de plástico leves, com exceção do logótipo ou denominação comercial ou social do estabelecimento que fornece o saco, em área não superior a 20 % da superfície total do saco.	Art.º 9.º DLR 10/2014/A; n.º 3 art.º 6.º Port. 36/2015	Não aplicável	a)
f) É obrigatória a inserção de mensagens de sensibilização em todos os sacos de plástico que contenham publicidade ou logótipo / denominação.	n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A	Não aplicável	a)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
**INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
<b>g)</b> A mensagem de sensibilização corresponde a modelo constante do Despacho 2704/2015 ou outro aprovado pela Direção Regional do Ambiente.	n.º 1 art.º 10.º do DLR 10/2014/A; n.º 1 art.º 6.º Port. 36/2015	Não aplicável	a)
<b>h)</b> A área da mensagem de sensibilização não pode ser inferior a 20% da superfície total do saco ou à área ocupada pela inserção publicitária, se esta for superior a 20%.	n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A; n.º 4 art.º 6.º Port. 36/2015	Não aplicável	a)
<b>i)</b> Cumprimento do dever de colaboração, nomeadamente fornecendo toda a informação ou documentação solicitada.	Art. 8.º DLR 10/2014/A	Cumprido	
<b>j)</b> Submissão da declaração anual à ERSARA, até final do mês de fevereiro de cada ano, da qual conste a quantidade de sacos adquiridos e a quantidade de sacos distribuídos no ano civil anterior	Art. 4.º, art. 8.º, DLR 10/2014/A, n.º 1 art. 4.º Port. 36/2015	Cumprido	Comunicação efetuada em 07/03/2019; Guia n.º 2018/TSP/411

a) Aspetos não verificados porque o estabelecimento não se encontrava aberto ao público desde julho de 2019.

### 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas irregularidades.

### 4 – Indicações e medidas adotadas

Arquivamento do processo com comunicação à entidade inspecionada.